

INFLUÊNCIAS DO ATIVISMO DE HUGO CHÁVEZ NOS INTERESSES PETROLÍFEROS NORTE-AMERICANOS

Igor de Freitas Vasconcelos*

Resumo

O presente artigo discute em que medida o discurso nacionalista enunciado por Hugo Chávez, desde 1998, e seu estilo de condução política têm confrontado os interesses petrolíferos norte-americanos, observando-se a atuação venezuelana na Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Percebe-se que Chávez tem formulado sua agenda bilateral com os Estados Unidos da América de maneira cada vez mais ideológica e menos pragmática, confrontando tanto os interesses do empresariado quanto os do governo norte-americano.

Palavras-chave: Hugo Chávez Petróleo, Estados Unidos da América, OPEP.

1 Considerações Iniciais

O objetivo deste artigo é verificar em que medida o discurso nacionalista, enunciado pelo presidente venezuelano Hugo Rafael Chávez Frías, desde sua ascensão ao poder, em 1998, e seu estilo de condução política têm confrontado os interesses petrolíferos norte-americanos, observando-se a atuação da Venezuela no contexto da OPEP. Não é intenção mapear de maneira definitiva e exaustiva todas as razões internas e externas pelas quais a Venezuela tem adquirido crescente relevância nos contextos regional e mundial contemporâneos, mas averiguar que ação esses novos

* Graduando em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

vetores de influência têm, em termos práticos, sobre os mencionados interesses norte-americanos.

Para a consecução desses objetivos, o trabalho será dividido em três partes: (1) caracterização da administração Hugo Chávez, abrangendo-se a consolidação democrático-eleitoral pela qual tem passado desde 1998 e a relevância do petróleo nesse processo; (2) análise da participação da Venezuela na OPEP, por meio de uma breve revisão histórica, observando-se como essa atuação tem-se modificado desde a eleição de Chávez; e, finalmente, (3) verificação da legitimidade do discurso chavista de proteção aos recursos energéticos de seu país, na perspectiva de sua atuação junto à OPEP, tendo em vista o perfil das relações comerciais que têm sido desenvolvidas entre Venezuela e Estados Unidos da América.

A produção deste artigo busca complementar os esforços de compreensão das características gerais e particulares que marcam, no presente momento, as relações entre os dois países supracitados, sob o ângulo comercial. Ademais, a realização desta pesquisa atende também à curiosidades do pesquisador, em um contexto internacional permeado de incertezas, no qual, novos atores advogam a estruturação de uma ordem multipolar a contracorrente dos desígnios norte-americanos de preservação do *status quo*.

Vale ressaltar que as fontes bibliográficas consultadas são, em sua maioria, artigos publicados em periódicos e em meio eletrônico, devido à inexistência de trabalhos mais extensos e aprofundados sobre o tema. Isso advém do fato de o objeto de pesquisa ainda estar “em ocorrência”.

2 Caracterização da administração Hugo Chávez

A compreensão das características e conseqüências da administração Hugo Chávez, no âmbito da América do Sul, pressupõe

considerações sobre: (1) a trajetória político-eleitoral de Hugo Chávez; e (2) a relevância do petróleo, como recurso de sustentação política determinante, na formulação das políticas interna e externa na Venezuela.

2.1 Trajetória político-eleitoral de Hugo Chávez

A trajetória política de Chávez é singular, tanto no quadro histórico eleitoral da Venezuela, quanto no contexto da América Latina. Ele venceu as últimas quatro eleições presidenciais: em 1998, com 56,2% das preferências, por meio de “um apoio avassalador” de diversos setores¹ da sociedade venezuelana, tendo obtido essa vitória “sem quebrar as regras existentes” (VIZENTINI, 2007, p. 5); aprovou uma nova constituição em 1999, com 70% de anuência²; foi re-legitimado em 2000, com 59,8% dos votos; reafirmou-se no poder no referendo presidencial de 2004; e, finalmente, em 2006, foi reeleito com 63% das preferências para um segundo mandato (VILLA, 2007, p. 38).

Com essa performance, Chávez enfraqueceu fortemente a oposição política e consolidou-se no poder, com representações de seu partido³, em 19 das 23 províncias venezuelanas. O eleitorado a ele favorável é composto, majoritariamente, pelas classes mais desprivilegiadas, em contraposição às classes médias e altas, que têm votado “em qualquer opção contrária a Chávez” (MAYA; LANDER, 2007, p. 19). Por conta desse perfil

¹ Chávez foi apoiado pela coalizão política denominada “Pólo Patriótico”, composta pelos partidos MVR (Movimiento V República), PPT (Patria Para Todos) e MAS (Movimiento al Socialismo). A eleição de Chávez encerrou um longo período de mais de quatro décadas de domínio político dos partidos tradicionais AD (Acción Democrática) e COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente).

² *Cronologia política de Hugo Chávez. Especial 2002*. Venezuela: Mundo Online: Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/especial/2002?venezuela/hugo_chavez-cronologia_politica.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2007.

³ De 1998 ao primeiro semestre de 2007, Chávez era partidário do MVR. Há alguns meses fundou o PSUV (Partido Socialista Unido de Venezuela), sendo esta sua nova legenda política.

eleitoral, demasiadamente “popular”, analistas não têm sido unânimes quanto à aceitação da legitimidade interna de tais vitórias eleitorais⁴.

Dentro da Venezuela, o sociólogo venezuelano Trino Márquez acredita que o governo de Hugo Chávez pode estar encaminhando-se rumo a um “personalismo”. Em sua concepção, esse modelo de condução política pode ser caracterizado em quatro premissas, as quais ele crê que estejam concretizando-se naquele país: (1) a idolatria ao líder e a crença na impossibilidade de sua substituição; (2) o controle das Forças Armadas nacionais pelo líder; (3) a progressiva subordinação das instituições públicas ao controle do poder executivo; e, finalmente, (4) o culto à imagem do líder.

Por outro lado, pensadores como Frei Betto, entendem a ascensão de Chávez como um contraponto à “extorsão e exploração que a elite venezuelana fez no país” ao longo da história recente. O teólogo e escritor brasileiro mostra-se favorável ao governo chavista, desde que as reformas nacionais não materializem a reeleição permanente e não abram “caminho ao caudilhismo”.

No plano regional, a eleição de Chávez também suscita controvérsias. Segundo Ignacio Walker, a vitória dos presidentes Chávez e Morales possibilitou à América Latina recuperar “certa visibilidade no mundo, com relação aos grandes temas da política e da economia mundial” (WALKER, 2006, p. 22), sugerindo otimismo quanto às mudanças promovidas por Chávez. Por outro lado, Paulo Fagundes Vizentini acredita que a eleição de Chávez “representou um golpe muito forte no sistema político de democracia liberal que vigora em quase todo o continente”

⁴ Apesar de relevante essa discussão, o presente artigo não pretende aprofundar-se nesse ponto. Além dessa discussão envolvendo o provável “populismo eleitoral” chavista, Maya & Lander (2006) classificam as campanhas eleitorais de 2006 como “pobres em conteúdo” e marcadas por um uso extensivo de “recursos de marketing”.

(VIZENTINI, 2007, p. 4), percebendo as influências de Chávez no conjunto sistêmico da América Latina.

O jornalista venezuelano Teodoro Petkoff sugere que a ascensão do líder venezuelano ao poder foi possível, em parte, pelo próprio passado de lento desenvolvimento e de carência de investimentos de longo prazo que marcam a história da Venezuela, desde a segunda metade do século XX. Ele caracteriza o governo Chávez como sendo “um regime personalista, militarista, pré-totalitário, que não pode ser classificado como uma democracia convencional, mas que certamente pode ser entendido como um bonapartismo *sui generis*”⁵.

Petkoff alerta que as recentes reformas constitucionais tendem a reforçar as tendências de “[formação] de uma hegemonia comunicacional, de arregimentação cultural e de controle das Forças Armadas”. O pensador critica a atual inexistência de vínculos entre as políticas assistencialistas proporcionadas pelo governo chavista e políticas de médio e longo prazo destinadas a, efetivamente, erradicar os elevados graus de pobreza que ainda persistem na Venezuela.

2.2. Petróleo como recurso político

Atualmente, a Venezuela possui uma reserva comprovada de mais de 100 bilhões de barris de petróleo, com uma expectativa de disponibilidade de 67 anos, é o quinto maior exportador do mundo e o terceiro maior contribuinte na OPEP⁶. Para conservar tal posição, o presidente venezuelano tem empregado, desde 1998, um discurso

⁵ PETKOFF, Teodoro. Entrevista concedida à TV Cultura em 26/10/2007, no programa Roda Viva.

⁶ UOL NOTÍCIAS. *Venezuela confirma 100 bilhões de barris em reservas de petróleo.*

marcadamente nacionalista⁷ de defesa dos recursos naturais de seu país, sobretudo do petróleo, cujos rendimentos compõem cerca de metade do orçamento doméstico na Venezuela. Assim, Chávez tem desenvolvido uma intensa “diplomacia presidencial” (VILLA, 2007, p. 37), baseada na mobilização do petróleo como recurso político, seja interna ou externamente⁸.

As reformas internas promovidas por Chávez concentram-se em duas principais frentes: (1) a implementação de políticas públicas financiadas pelos rendimentos petrolíferos; e (2) a manutenção do controle estatal sobre a indústria petrolífera (VILLA; URQUIDI, 2006, p. 71). O primeiro item refere-se à implantação das *Misiones* (missões), desde 2003, que são programas sociais destinados ao atendimento de necessidades básicas da população. Como exemplos, podem ser citados a Mercal, uma rede de distribuição de alimentos e bens básicos de consumo que atende a cerca da metade da população do país, e a missão “Barrio Adentro” que oferece serviços gratuitos de saúde aos bairros urbanos mais pauperizados.

O segundo item supracitado, ainda no plano doméstico, diz respeito ao “endurecimento” do controle estatal sobre as reservas petrolíferas pela PDVSA. Isso foi possível graças à vitória do modelo nacional-desenvolvimentista de Chávez, de gerenciamento da indústria petrolífera sobre as tendências de “abertura globalista”, que advogavam uma maior participação de empresas multinacionais no mercado venezuelano. Nesse sentido, foram implementadas a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos Gasosos, em setembro de 1999, e a Lei de Hidrocarbonetos, em 2001.

⁷ Villa (2007) percebe uma tendência de radicalização ideológica desse discurso a partir do Referendo Presidencial de 2004 e aponta a fundação do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) no primeiro semestre de 2007 como um dos “parâmetros mais concretos” nesse sentido.

⁸ Villa (2004) sugere que a “estabilidade do sistema político” na Venezuela “depende muito da renda petrolífera”, fazendo-nos refletir sobre, até que ponto, essa intensa mobilização do petróleo e a própria “bonança do petróleo” (MAYA; LANDER, 2007, p. 8) seriam elementos de condução autônoma ou condicionada das políticas venezuelanas.

Externamente, a Venezuela tem adquirido crescente relevância regional a partir da composição de uma agenda sempre cheia de compromissos por parte de Chávez, relacionados, em sua maioria, ao incremento da integração energética na região. Como exemplo, vale mencionar o projeto de formação de uma aliança de empresas petrolíferas estatais de amplitude continental (a *Petrosur*). O presidente criou, em 2006, a Petrocaribe, mecanismo de cooperação energética assinado junto à grande maioria dos países centro-americanos, reforçou sua atuação junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e às cúpulas Ibero-americanas e tem, consistentemente, intensificado as relações bilaterais com Cuba, indicando que a América Central tem-se tornado uma das prioridades da política externa venezuelana.

Pode-se considerar que essa extensão da influência de Chávez corresponde não somente a uma percepção da importância estratégica da região, mas, também, à sua efetiva mobilização para ocupar um “papel de potência regional”⁹ (VIZENTINI, 2001, p. 60). Nesse sentido, o governo venezuelano tem buscado maior convergência dos interesses energéticos, baseada em acordos bilaterais que o colocam na posição de “grande fornecedor”, criando “dependências energéticas e financeiras” (CARDOZO, 2007, p. 42) entre as partes. Essa modalidade de cooperação tem funcionado satisfatoriamente bem entre Venezuela e Bolívia, sendo favorecida por um ambiente regional de “fragmentação da Comunidade Andina” e de “grandes divergências dentro do MERCOSUL”.

⁹ Esse “voluntarismo” chavista tenderia a se chocar com o projeto brasileiro de liderança regional. Entretanto, VILLA (2007) observa que, embora essas pretensões venezuelanas não encontrem correspondência com seus reduzidos “recursos de poder, tamanho geográfico e populacional e dimensão dos problemas internos”, a Venezuela possui algo que o Brasil não tem: flexibilidade para uma rápida mobilização de grandes recursos econômicos.

No plano internacional, Chávez tem (1) intensificado sua participação em foros multilaterais como o G-77¹⁰, o G-15¹¹, a ONU e a OPEP, advogando, nessa última, um papel cada vez mais afirmativo na determinação dos patamares de preços do petróleo; e tem (2) atuado, autonomamente, estabelecendo acordos pontuais por meio de visitas¹² aos chamados *rogue states*¹³, como Líbia, Irã, Iraque, China e Rússia, dentre outros, destinadas, sobretudo, ao tratamento de questões petrolíferas e buscando, em sentido mais amplo, promover uma “ordem internacional multipolar” (VIZENTINI, 2001, p. 79) e antiimperialista.

3 Participação da Venezuela na OPEP

Tendo por base a breve contextualização feita anteriormente e a percepção das motivações políticas, econômicas e sociais que moldam o comportamento da Venezuela e de seu presidente, pode-se proceder a uma análise histórica de sua participação e ações na OPEP, desde a década de 1960, quando da fundação do bloco.

3.1. Revisão histórica da participação da Venezuela na OPEP (1960-2007)

¹⁰ Grupo dos 77 mais relevantes países em desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas.

¹¹ O Grupo dos 15 (G-15) é composto por países da América do Norte, da América do Sul, da África, e da Ásia e focaliza a cooperação nas áreas de comércio, tecnologia e desenvolvimento. Esse grupo foi estabelecido na 9ª Reunião de cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados em Belgrado, Iugoslávia, em setembro de 1989.

¹² Conforme percebe Villa (2004, p. 103), nem todas essas visitas materializaram “vantagens concretas ao país” (ibidem), representando em muitos casos apenas instrumentos de “propaganda internacional do país”.

¹³ Geralmente traduzido como “Estados meliantes”. Seriam os países que buscam um modelo de estabilidade interna e desenvolvimento alternativo ao receituário norte-americano “liberal-democracia, classificados como “aliados do terrorismo, inimigos da paz” de acordo com o *The National Security Strategy of the United States of America*, documento oficial de definição da política externa norte-americana a partir de 2006.

A Venezuela foi um dos membros-fundadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 14 de setembro de 1960, junto ao Irã, Kuwait e Arábia Saudita. Essa organização intergovernamental de caráter permanente, que extrai cerca de 40% do petróleo mundial e controla 75% das reservas mundiais, tem o objetivo central de “coordenar e unificar as políticas de preço do petróleo entre seus países-membros, garantindo (1) preços estáveis aos produtores de petróleo, (2) um eficiente, econômico e regular suprimento às nações consumidoras e (3) um justo retorno financeiro desses investimentos”.

Na década de 1960, a Venezuela manteve relações políticas e econômicas fracas com seus vizinhos regionais e ainda não gerenciava de forma autônoma seus recursos petrolíferos. Sua ação ficava bastante restrita ao que fosse “unilateralmente [resolvido] na Casa Branca” (VIZENTINI, 2001, p. 59), tendo em vista a privilegiada posição dos EUA de “principal investidor, cliente e fornecedor” do petróleo mundial à época. Naquela década, a Venezuela buscou atuar junto à OPEP, no sentido de “evitar a deterioração” dos preços de petróleo, numa época em que 75% das reservas existentes eram controladas por empresas transnacionais, as “Sete Irmãs” norte-americanas: Exxon, Mobil, Gulf, Chevron, Texaco, Shell e British Petroleum. (SIMÕES, 2006-2007, p. 23).

No início da década de 1970, o presidente venezuelano Rafael Caldera (1969-1974) implementou a política do “nacionalismo democrático”, tornando seu país mais afirmativo quanto às políticas petrolíferas domésticas. Dessa forma, favorecida por elementos internos – nacionalização dos recursos energéticos na administração Carlos Andrés Pérez (1974-1979) – e externos – valorização do preço do petróleo promovida pela OPEP –, a Venezuela teve um período de grande desenvoltura econômica, com altas taxas de crescimento em seu Produto Interno Bruto (PIB), projetando-se, ativamente, tanto no plano regional (com a criação da SELA, em 1975),

quanto no plano internacional (com a adesão ao Movimento dos Países Não-Alinhados, no âmbito da Guerra Fria). Essas condições conjunturais favoráveis permitiram à Venezuela passar ao largo da necessidade de aquisição de empréstimos e dívidas junto aos organismos financeiros internacionais, como o fizeram alguns de seus vizinhos (MUNHOZ, 2003 p. 259).

Nos anos 80, a economia da Venezuela apresentou uma tendência de “inércia”, sem saltos significativos de crescimento ou grandes abalos, de modo que os “efeitos econômicos positivos”, eventualmente logrados, foram meramente “conjunturais”. Junto aos países-membros da OPEP, a Venezuela encetou, desde a década de 1970, negociações para a reincorporação de empresas transnacionais nos processos decisórios relativos aos preços mundiais de petróleo. Munhoz (2003) sustenta que, nessa década, embora tenha se livrado dos “efeitos desastrosos do liberalismo comercial unilateral”, a economia venezuelana acabou adotando “políticas monetária e fiscal”, aos moldes do que prescrevia o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na década de 90, a política externa venezuelana priorizou uma atuação diplomática mais relevante, no âmbito regional, projetando-se em quatro zonas territoriais estratégicas, denominadas de “fachadas”: atlântica, caribenha, andina e amazônica (CERVO, 2003, p. 163). Nessa década, a Venezuela logrou manter, no âmbito da OPEP, os preços em “níveis eqüitativos”¹⁴ entre os países-membros.

Diferentemente do padrão de alternância entre momentos “altos e baixos” verificados na história econômica da Venezuela, a eleição de Hugo Chávez inaugurou um período de maior afirmação e relevância do país junto à OPEP. O presidente venezuelano tem reforçado o papel desta

¹⁴ VENEZUELA. *La OPEP: cuarenta años de historia*. Disponível em: <<http://www.venezuela-oas.org>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

organização na determinação das políticas de preços do petróleo, transformando seu país num dos mais influentes no assunto.

Em 1998, o preço do barril era de US\$ 7 na Venezuela¹⁵. Ao chegar ao poder, Chávez propôs à OPEP a elevação dos preços, compondo uma “banda de preços” entre US\$ 22 e US\$ 28¹⁶. Essa medida, implementada apenas em 2001, favoreceu amplamente aos interesses dos países-membros da OPEP e aumentou, consideravelmente, os rendimentos do governo venezuelano.

No ano de 2000, a OPEP autorizou a Venezuela a elevar, em mais de 60%, seu nível de produção. Chávez colocou em prática o que ele denominou “renascimento” da OPEP, promovendo uma valorização generalizada dos preços. Essas mudanças foram possíveis, em parte, graças à eleição de Ali Rodríguez Araque, Ministro de Energia da Venezuela, em 1998, para a Secretaria-Geral da OPEP, fato que incrementou, fortemente, o poder de barganha de Chávez junto àquele organismo¹⁷.

Em 2002, as possibilidades de guerra no Iraque e de greve do setor petrolífero na Venezuela provocaram abalos na distribuição de preços no mercado mundial de petróleo. Contudo, mais uma vez, a OPEP garantiu um manejo eficiente da oferta de barris de petróleo em favor dos países-membros. “Estamos decididos a estabilizar o mercado”¹⁸ e, para isso, “temos um mecanismo que pode ser ativado quando necessário”, apontou o Ministro do Petróleo do Egito, Ali Al Nuaimi.

¹⁵ PETKOFF, Teodoro. Entrevista concedida à TV Cultura em 26/10/2007, no programa Roda Viva.

¹⁶ BBC BRASIL. *Chávez diz que EUA pretendem invadir a Venezuela*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

¹⁷ Alguns dados dessa observação foram extraídos de PRESSE, France. *OPEP pode reduzir produção em 500 mil barris por dia*. São Paulo, 23 dez. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

¹⁸ GRABOIS, Ana Paula. *Venezuela votará na OPEP por manutenção da produção de petróleo*. São Paulo, 02 set. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

Desde 2003, observa-se que, além de devolver à OPEP a primazia na definição dos preços internacionais do petróleo, Chávez tem, claramente, buscado “exercer uma liderança na organização” (VILLA, 2004, p. 111), promovendo esforços integrativos, sobretudo na área energética, indicando uma disposição do governo em superar seu histórico quadro de “isolacionismo”.

4 Legitimidade do discurso antiamericano de Hugo Chávez e de suas ações

Após as análises previamente realizadas, cabe avaliar em que medida o discurso nacionalista de Hugo Chávez tem-se convertido em atos práticos de oposição entre os dois governos. Dessa forma, esta seção pretende esclarecer de que forma se desenvolveram as relações entre Venezuela e EUA, sob a perspectiva dos interesses petrolíferos, até os dias atuais, observando-se que tais relações têm recebido o impacto do discurso chavista.

Classificado como “homem com vontade política e com instinto, um pouco simples, mas extremamente autêntico” que tem representado “aquilo que a população queria enxergar e apoiar” (VIZENTINI, 2007, p. 4), Chávez tem-se fortalecido, continuamente, nos planos interno, regional e internacional e tem promovido reformas denominadas por ele de “socialismo do século XXI”¹⁹.

Entretanto, tem sido criticado por desenvolver uma “retórica negativista” que “não propõe novas formas de organização social ou econômica” (CARDOSO, 2007, p. 17) e por seu comportamento controverso

¹⁹ Trata-se de um modelo de governo ainda desconhecido em essência, mas que pode ser entendido como um socialismo, no qual, a maior parte da população tenha “um maior grau de decisão” nas instituições econômicas, políticas, culturais e militares” e, por meio do qual, seja possível uma “substituição da economia de mercado voltada ao dinheiro por uma economia política sustentável, orientada para as necessidades básicas da população”, de acordo com Heinz (2007).

e expansivo, apontado, em alguns casos, como “esquerdista, neopopulista” de cunho “antioligárquico e antiimperialista” (WALKER, 2006, p. 29).

Desde a ascensão de Chávez ao poder, as relações entre Venezuela e Estados Unidos não têm sido fáceis. Na percepção de Walker (2006), o líder venezuelano apresenta um posicionamento abertamente “antiamericano”, com ataques às concepções de “neoliberalismo, livre comércio e às instituições financeiras multilaterais”²⁰.

Azeredo (2003, p. 145) ressalta as desconfianças norte-americanas, quanto aos caminhos que parece tomar a Venezuela desde a posse de Chávez, observando que

A irrupção do tenente-coronel Hugo Chávez no contexto político venezuelano não terá sido vista com bons olhos pelos Estados Unidos. Se a inicial conotação golpista do movimento bolivariano constituiria razão bastante para tal atitude, os diplomatas norte-americanos não parecem ter mudado de opinião em face da evolução do pensamento do líder venezuelano durante os anos de prisão e de preparo de sua candidatura à presidência.

Para além de uma análise meramente política, Villa (2004) assevera que a política externa de Chávez, em relação aos EUA, apresenta duas fases cronológicas claramente distintas, cada qual com elementos conjunturais próprios: (1) entre 1998 e 2003, período marcado por uma “falta de objetividade da diplomacia presidencial” e pela conformação de uma pauta de política externa pragmática de não-confrontação com Washington; e (2) desde 2003, quando se observa uma radicalização do discurso nacionalista de Chávez, o endurecimento do regime e a afirmação de uma “postura de claro confronto em relação ao governo de George W. Bush” (VILLA, 2004).

²⁰ Nessa perspectiva, a proposição chavista de criação do Banco do Sul em âmbito subcontinental, poderia ser interpretada como a colocação de uma alternativa de contraposição ao Banco Mundial.

Até 2003, Chávez teve a cautela de manter os atritos diplomáticos e críticas aos EUA “no nível governamental, sem envolver o setor privado” (VILLA, 2004 p. 105), com o qual honrou os compromissos que tinha. Contudo, a partir de 2003, o discurso nacionalista de Chávez, rapidamente, adquire um pronunciado caráter antiamericano, intensificando pontos de atrito, sobretudo nas áreas política e econômica, independentemente da esfera afetada, pública ou privada.

Em primeiro lugar, as divergências políticas dizem respeito aos temores do governo norte-americano quanto a uma possível radicalização autoritária do governo de Chávez e quanto ao tipo de democracia que ele deseja implantar na Venezuela, denominado de “democracia participativa”²¹, modelo refutado pelas determinações da *Carta Democrática*²², em 2001. Entretanto, as relações entre os dois países ainda continuam marcadas pela desconfiança mútua, com Chávez acusando Washington de “estar por trás do golpe²³ que o depôs brevemente, em 2002”, ao passo que “os Estados Unidos o acusam de apoiar a guerrilha colombiana e de ser um fator de desestabilização na América Latina”.

Apesar dos desentendimentos de natureza política, as relações econômicas e comerciais entre os dois países estão longe de serem afetadas e não poderiam ser melhores. Atualmente, os EUA são o principal parceiro

²¹ Segundo Francisco Carlos Teixeira (2007), a democracia participativa seria um modelo que representa “a superação do paradigma clássico da democracia liberal-representativa”, tentativamente promotor de uma maior inclusão política. Cardoso (2007, p. 15) observa que, na América Latina, “continuamos saltando, com certa facilidade, das instituições ao personalismo”, indicando a descrença das sociedades nacionais em suas instituições e a margem de manobra “autoritária” que essa fragilidade permite. Ver, também, Villa (2004, p. 113).

²² Instrumento jurídico consignado na Reunião Extraordinária da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos que determinou a democracia representativa como a “forma de governo sobre a qual se deveriam organizar institucionalmente os países do continente”.

²³ A discussão sobre este tópico é de grande relevância e merece tratamento mais detalhado em futuros trabalhos.

comercial e investidor estrangeiro na Venezuela, a qual por sua vez é a principal fornecedora de petróleo àqueles, para quem exporta cerca de 1,5 milhões de barris diários, aproximadamente metade de sua capacidade produtiva.

As exportações da Venezuela para os EUA representam quase 50% de sua pauta comercial, fato que torna crucial a manutenção de um quadro estável nas relações bilaterais entre ambos os países. Em entrevista à UOL Notícias, Edmond Saade, presidente da Câmara de Comércio Venezuela-Americana (Venamcham), observa que há uma “dicotomia entre as relações políticas e econômicas” entre os dois países, assinalando, apenas, que as “relações econômicas vão muito bem”.

Maya & Lander (2007) observam que, desde 2005, o governo venezuelano “retomou e intensificou uma ativa agenda internacional”²⁴ marcada por constantes confrontações com Washington. Chávez tem buscado “ampliar e fortalecer novas alianças sem ligar para as conseqüências que algumas delas pudessem provocar em sua já difícil relação com os Estados Unidos”. Ademais, os autores consideram que o presidente “incrementou sua presença na África” e tem projetado “uma crescente imagem internacional”, embora tenha a “tendência [...] de exercer o poder de maneira personalista”. Tal fato tem limitado “a possibilidade de que no interior das próprias forças chavistas se desenvolva um genuíno debate democrático sobre os rumos do país” (MAYA; LANDER, 2007, p. 11-12).

Outras questões na agenda bilateral estão inseridas, simultaneamente, na área política e na econômica, entre elas, a crescente aproximação entre Venezuela e Cuba. As similaridades políticas entre esses dois governos têm aumentado proporcionalmente, (1) à medida que, na

²⁴ Outras possíveis denominações seriam “diplomacia presidencial”, “voluntarismo chavista” ou “personalismo”, conforme outros autores.

Venezuela, o poder se centraliza progressivamente na esfera do Executivo e (2) pelo fato de ambos os governos se disporem como alternativas antiamericanas de liderança terceiro-mundista. Por outro lado, uma maior proximidade econômica também tem sido esboçada: a Venezuela garante a Cuba o fornecimento de petróleo a preços subsidiados, recebendo, em contrapartida, assistência técnica em outras áreas (VILLA, 2004, p. 106).

5 Considerações Finais

Os fatos recentes indicam uma tendência de crescente endurecimento do regime na Venezuela e uma concentração do poder político na figura de Hugo Chávez. Os desdobramentos desse estilo de governo e suas possíveis conseqüências aos diversos grupos sociais na Venezuela, em um futuro próximo, permanecem incertos. Todavia, as influências do intenso “personalismo” de Chávez já podem ser sentidas externamente, como no caso da evolução dos fatos particularmente inseridos no contexto bilateral entre esse país e os EUA.

Conclui-se que, desde 2003, (1) o presidente Chávez tem empregado um discurso antiamericano que não tem impacto nas relações comerciais entre a Venezuela e os EUA, tendo em vista que as divergências se concentram, sobretudo, no campo político; e que (2) Chávez não tem transformado a OPEP em ferramenta de criação de litígios diretos com os EUA, de modo que as discordâncias têm emergido e sido conduzidas, em sua maioria, no espaço da agenda bilateral entre os dois países.

Este artigo buscou fornecer um panorama sobre como têm-se desenvolvido as relações entre a Venezuela e os EUA, no aspecto político-comercial, à luz das influências do ativismo de Hugo Chávez, desde sua chegada ao poder. Certamente, novas tendências deverão esboçar-se no decorrer dos próximos meses, e a manutenção de um quadro de estabilidade

continental dependerá do encaminhamento prudente das questões tocantes às duas nações.

Hugo Chávez's Policy and North American Petrol Issues

Abstract

This article discuss to which extent the nationalist speech stated by venezuelan president Hugo Chávez, since its ascent to power in 1998, and his style of conducting politics have confronted North American oil interests, having in mind Venezuela's performance within OPEC. Chávez has adopted an ideological bilateral agenda instead of a pragmatic one towards the United States of America, making clear dispute points with the north-american business class and also its government.

Keywords: Hugo Chávez. Oil. United States of America. OPEC.

Referências

AZEREDO, Mauro Mendes de. A crise da democracia venezuelana: relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

BBC BRASIL. *Chávez diz que EUA pretendem invadir a Venezuela*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

_____. *Venezuela e Nigéria querem aumento do preço do petróleo*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. Caminhos novos? Reflexões sobre alguns desafios da globalização. *Política Externa*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2006.

CARDOZO, Elsa. A governabilidade democrática regional e o papel (des)integrador da energia. *Política Externa*, São Paulo, v. 15, n. 3, 2007.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e seus vizinhos. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

CRONOLOGIA política de Hugo Chávez. Especial 2002. *Folha Online*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002?venezuela/hugo_chavez-cronologia_politica.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2007.

MAYA, Margarita López; LANDER, Luis E. Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?. *Política Externa*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2007.

MIRANDA, Ricardo. 3º mandato é golpismo. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 nov. 2007. Política, p. 6.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Venezuela: ortodoxia econômica e investimentos estrangeiros. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

OEA pede a EUA e Venezuela que “baixem retórica” em relações. *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2007.

OPEC. [*Home Page*]. Disponível em: <<http://www.opec.org>>. Acesso em: 16 out. 2007.

PETROBRAS. *O que é OPEP? Como pode a OPEP influenciar o preço do Petróleo?* Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/ri/port/perguntas/respostas/negocios.asp#exp03>>. Acesso em: 16 out. 2007.

PRESSE, France. *OPEP pode reduzir produção em 500 mil barris por dia*. São Paulo, 23 dez. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u66165.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

PRODUÇÃO da OPEP teve alta em setembro. *Gazeta*. Disponível em: <<http://www.gazeta.com.br/integranoticia.aspx?param=9%2C0%2C+%2C902973%2CUIOU>>. Acesso em: 16 out. 2007.

SCHELP, Diogo. À sombra de “el supremo”. *Veja*, São Paulo, ano 40, n. 44, p. 86-100, nov. 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. *Venezuela: "...me salgo de la jugada!"*. Disponível em: <<http://www.esg.br/cee/leitura.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

_____. *Venezuela: o golpe de abril no contexto internacional*. Disponível em: <<http://www.esg.br/cee/ARTIGOS/fcarlos3.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. *Política Externa*, São Paulo, v. 15, n. 3, 2006-2007.

THE WHITE HOUSE. *The national security strategy of the United States of America*. Washington, 16 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2007.

VENEZUELA confirma 100 bilhões de barris em reservas de petróleo. Uol Notícias. Brasília, 7 out. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/efe/2007/10/07/ult1767u104472.jhtm>>. Acesso em: 6 nov. 2007.

VENEZUELA. *La OPEP: cuarenta años de historia*. Disponível em: <<http://www.venezuela-oas.org>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

VILLA, Rafael Duarte; URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. *Política Externa*, São Paulo, v. 14, n. 4, 2006.

VILLA, Rafael Duarte. Limites do ativismo venezuelano para a América do Sul. *Política Externa*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2007.

VILLA, Rafael Duarte. Política externa na administração Hugo Chávez. *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

_____. *A Venezuela de Chávez contra a corrente*. Disponível em: <www.esg.br/cee/artigos/pvizentini.pdf>. Acesso em: 16 out. 2007.

WALKER, Ignácio. Qual é o caminho da globalização, da democracia e da esquerda na América Latina?, *Política Externa*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2006.